



Relacionamentos durante a quarentena: as justificativas para aceitar o abuso psicológico em mulheres

Relationships during Quarantine: The Justifications for Supporting Psychological Abuse in Women

Tamyres Tomaz Paiva ¹

 <https://orcid.org/0000-0001-9415-0963>

Paulo Gregório Nascimento da Silva ³

 <https://orcid.org/0000-0002-2878-309X>

Suiane Magalhães Tavares ²

 <https://orcid.org/0000-0001-9769-3090>

¹Curso de Psicologia, Faculdades Nova Esperança (FACENE/FAMENE), Brasil.

^{2,3}Departamento de Pós-graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, Brasil.

¹ ✉ tamyres.tomaz1@gmail.com ² ✉ suianetavares1@gmail.com ³ ✉ silvapg@gmail.com

Recebido: 25 de fevereiro de 2021. Aceitado: 19 de setembro de 2022.

Resumo. *Objetivo.* Analisar o papel das atitudes frente a convivência conjugal durante o período da quarentena, como justificativa da relação entre as ideologias baseadas no tradicionalismo e a aceitação do abuso psicológico em mulheres. *Método.* Esta pesquisa é do tipo transversal e foi realizada de forma online com 260 mulheres oriundas de diferentes regiões do Brasil. *Resultado.* Os resultados demonstraram efeitos positivos e significativos (efeito indireto = .14; SE = .04; IC 95% .05; .22), sugerindo que as mulheres, que endossam mais ideologias tradicionalistas, utilizam mais justificativas, por meio da quarentena, e aceitam mais o abuso psicológico. Essa mesma relação ocorreu nas estratégias diretas e indiretas do abuso psicológico. Logo, este estudo apresentou evidências preliminares acerca de um possível reforçador do abuso psicológico.

Palavras-chave. Abuso psicológico, COVID-19, tradicionalismo, quarentena, mulheres

Abstract. *Objective.* This online cross-sectional research aimed to analyze the role of attitudes towards conjugal coexistence, during the period of quarantine, as a justification of the relationship between ideologies based on traditionalism and the acceptance of psychological abuse on women. *Method.* For this purpose, 260 women from different regions of Brazil were studied. *Results.* The results showed positive and significant effects (mediated effect = .14; SE = .04; 95% CI .05; .22), suggesting that women who endorse more traditionalist ideologies use more justifications, through quarantine, and are more accepting of psychological abuse. This same relationship occurred in the direct and indirect strategies of psychological abuse. Therefore, this study presented preliminary evidence about a possible reinforcer of psychological abuse.

Keywords. Psychological abuse, COVID-19, traditionalism, quarantine, women



Introdução

“Imagine um mundo onde a norma é a igualdade de gênero”. Essa frase marca a abertura da campanha “Geração de igualdades” da Organização das Nações Unidas Mulheres (ONU Mulheres, 2020) que busca acelerar ações de igualdade de gênero e marcar o 25º aniversário da Declaração de Beijing a qual, desde 1979, estabelece programas e políticas públicas que levam em consideração a situação da mulher, especificamente o combate à discriminação e o fim de todas as formas de violência contra mulheres e meninas. Essa campanha, que no momento foi postergada pela *United Nations Women* (UN Women, 2020), é um desafio para todos os Países perante o contexto da pandemia que teve início em 12 de março de 2020 (World Health Organization [WHO], 2020).

Quase todos os países decretaram o isolamento social horizontal, obrigando as pessoas, do grupo de risco ou não, a ficarem em período de quarentena integral ou parcial (exceções sendo as áreas de saúde e de assistência básica) devido ao aumento exponencial de mortalidade em âmbito mundial (ver WHO, 2020b). A quarentena é uma medida restritiva oficial que busca limitar o trânsito de pessoas, visando diminuir a transmissão viral. Entretanto, embora eficazes (WHO, 2020a), essas medidas de isolamento podem intensificar consideravelmente o risco de violência familiar em todo o mundo. Isso foi evidenciado em muitos países que, durante a pandemia, demonstraram um aumento alarmante nos relatos de casos de violência doméstica (Campbell, 2020). Por exemplo, na América do Sul, após o Peru impor um bloqueio nacional rígido, houve uma incidência (48%) maior de pedidos de ajuda por telefone a grupos de apoio para a violência contra as mulheres, entre abril e julho de 2020. Já o estudo realizado por Sousa et al. (2021), identificou que no Brasil houve um aumento entre 15% e 50% nos casos de violência contra a mulher durante a pandemia COVID-19 nos diferentes estados.

Isso pode ser explicado pelo fato de que o período de quarentena obriga as mulheres a se mante-

rem em casa sob o mesmo teto que os seus agressores, agravando a vulnerabilidade das mulheres à violência doméstica (United Nations Human Rights [UNHR], 2020) que ficaram completamente isoladas e impossibilitadas de buscar ajuda (Viero et al., 2020), ficando mais propensas a serem assassinadas por familiares e parceiros íntimos (United Nations Office on Drugs and Crime [UNODC], 2018). Cabe destacar que, mesmo antes da pandemia, 60% das mulheres já sofriam violência doméstica, provocada, principalmente, por comportamentos de controle por parte dos agressores (Peterman et al., 2020). Especificamente, no contexto pandêmico, as mulheres foram obrigadas passar mais tempo em casa, ficando completamente isoladas e impossibilitadas de buscar ajuda, acentuando os riscos de agressão (Viero et al., 2020).

Quanto a vulnerabilidade das mulheres, esta se refere aos abusos sofridos dentro dos lares, característica que pode ser definida como toda e qualquer forma de dano corpóreo, negligência, ameaça, coerção, humilhações; além de acarretarem consequências mais graves, como, adoecimento mental e a morte (UNHR, 2020). No Brasil, a Lei Maria da Penha (Lei 11.340: Lei Maria da Penha., 2006) configura a violência contra mulher como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe causa lesão, morte, sofrimento sexual, físico, moral, patrimonial ou psicológico. Especificamente, dada a sua prevalência, este estudo foca no abuso psicológico que é definido como um ato depreciativo e destruidor do estado emocional (Loring, 1994) da parceira. Este ato está hierarquizado conforme sua gravidade. A primeira agressão mais grave refere-se às formas diretas que afetam a cognição, emoção e os comportamentos; e a segunda mais grave compreende as formas indiretas por meio da pressão, manipulação e coerção (Porrúa-García et al., 2016; Rodríguez-Carballeira et al., 2014). Em suma, o abuso psicológico é caracterizado por insultos, menosprezo, humilhações constantes, intimidação (por exemplo: destruir coisas) e ameaças de dano (WHO, 2012).

O gênero baseado no tradicionalismo

O tradicionalismo é um dos aspectos da definição de autoritarismo dada por Altemeyer (1996), afastada da visão definida pela teoria da personalidade autoritária de Adorno et al. (1950). O tradicionalismo é tido não como uma personalidade do indivíduo, mas como uma atitude ideológica que favorece a conformidade, baseada em hierarquias sociais, que expressa um valor ou meta motivacional para manter os estilos tradicionais incumbidos de normas e moralidade e pode resistir ao estilo de vida liberal, deixando as pessoas menos abertas a mudanças (Duckitt et al., 2010).

É de se esperar que as normas e a moralidade guiem os comportamentos das pessoas a favor de um regime fechado, marcado por relações de dominação baseadas no gênero. Esse elemento específico contribuiu para a manutenção de uma visão etnocêntrica de que um determinado grupo se sobrepõe sobre outro em termos de qualidade do grupo (Altemeyer, 1981). É nesse contexto que os papéis tradicionais de gênero se manifestam, fundamentados em uma ideologia tradicionalista. Os papéis sociais podem contribuir para a perpetuação de estereótipos e comportamentos que distinguem os gêneros (Eaton & Rose, 2011) nos relacionamentos afetivos que, por sua vez, são reforçados por meio da observação e modelagem (Altemeyer, 1996) com a finalidade de manter o statu quo de dominação (Sidanius & Pratto, 1999) e a desigualdade.

A violência de gênero é um exemplo clássico da consequência da desigualdade dos papéis sociais que coloca a mulher como agente passivo e o homem como agente ativo (Ali & Naylor, 2013). Para teoria da dominância social esse mecanismo é usado para reforçar a ideologia de superioridade dos grupos (Pratto et al., 2006; Sidanius & Pratto, 1999) que mantém como oposição a liberdade individual e coletiva das pessoas, seguindo à risca todos os mandamentos normativos da sociedade hierarquizada (Duckitt et al., 2010).

No estudo de Salari e Baldwin (2002), foi encontrado que quanto mais se endossa a ideologia

tradicionalista, mais se comete abuso contra a parceira. Rollero et al. (2019) também observaram que o gênero conseguia explicar atitudes favoráveis ao abuso emocional contra as mulheres. Isso significa que homens com maiores níveis de orientação para dominância social favorecem a limitação da liberdade, apresentando atitudes de hostilidade em relação às mulheres. Na mesma linha, Garaigordobil e Aliri (2013) demonstraram que as atitudes autoritárias voltadas para a direita (mais conservadoras) se relacionaram com as atitudes sexistas, sexismo ambivalente e com justificativas que legitimam a violência doméstica.

Assim, considerando as evidências apresentadas em estudos prévios, que demonstraram a falta de liberdade de expressão da minoria em uma sociedade normativa. O presente estudo parte da hipótese de que as atitudes baseadas nos tradicionalismos, ou seja, mais conservadoras, favoreceram uma maior aceitação do abuso psicológico nas mulheres.

O papel das justificações na aceitação do abuso

Desde sempre, os grupos que detêm o poder mantêm a dominação dos grupos menos favorecidos. Mas, recentemente, uma justificativa para isso foi o período do isolamento social. Pessoas de grupos majoritários, como empresários, homens e pessoas de cor branca, isto é, que possuem maior poder econômico, justificam seus comportamentos de insatisfação por meio de críticas, falta de respeito e até com violências. Nomeadamente, o foco do presente estudo são as justificações do abuso psicológico em mulheres dentro de relacionamentos amorosos.

Uma motivação psicológica básica que será testada no presente estudo é se as atitudes frente ao período da quarentena dos parceiros é uma justificativa para aceitação do abuso psicológico. De acordo com a teoria da discriminação justificada (TDJ), nas sociedades que se reprimem o preconceito contra grupos minoritários, as pessoas buscam argumentos que, aparentemente, não sejam preconceituosos para legitimar o próprio preconceito (Pereira et al., 2019; Pereira & Vala, 2010).

Ou seja, as pessoas irão ocultar o preconceito ou atitudes preconceituosas com justificativas que legitimam a discriminação (Pereira & Vala, 2010) ou, até mesmo, a violência (Paiva & Pereira, 2021). Esse mecanismo não permite apenas que as pessoas discriminem, mas que se mostrem coerentes com a norma antipreconceito (Pereira & Vala, 2010). Em suma, verifica-se que a *Social Dominance Orientation*, ou orientação para a dominância social, prevê de forma eficiente o preconceito em relação a grupos estrategicamente desvalorizados e, consistentemente com as reivindicações da *Social Dominance Theory*, ou Teoria da Dominância Social, tal preconceito tem plausivelmente a função de manter e justificar a hierarquia social, o domínio intergrupar e a opressão de grupos dominantes sobre grupos subordinados.

A TDJ sustenta a hipótese de que as justificações são um mediador entre o preconceito e a discriminação (Pereira et al., 2019; Pereira & Vala, 2010). Essas justificações legitimam a discriminação de forma a manter intacto o autoconceito de não-preconceituoso (Pereira et al., 2019). Nossa hipótese central se baseia na perspectiva de que as atitudes frente à convivência conjugal durante o período da quarentena são mediadoras na relação do tradicionalismo e o apoio ao abuso psicológico em mulheres. Isso é, o período em que as pessoas estão mais isoladas socialmente pode ser um elemento justificador para isentar o parceiro de seu abuso psicológico e assim permanecer no relacionamento abusivo.

Diferentes estudos apresentam mediadores nas relações entre o preconceito com a discriminação e, mais afundo, com a aviolência. Isto é, os mediadores são variáveis que possuem um efeito sobre as variáveis independentes e dependentes. Estudo de Lima-Nunes et al. (2013) demonstrou que a restrição da aplicação dos princípios de igualdade mediava a relação do preconceito e da discriminação contra brasileiros que residiam em Portugal. Já Paiva e Pereira (2021) evidenciaram que a restrição do âmbito de justiça pode ser um elemento

justificador para o apoio a violência contra a mulher, isso porque a restrição desigual a aplicação de direitos entre homens e mulheres.

Além desses elementos, a vitimização secundária também pode ser um justificador para legitimar o que as pessoas pensam (Correia, 2003; Tavares et al., 2022), isso acontece quando elas culpabilizam a vítima e minimizam a violência, ocorrendo tanto em países orientais (e. g., Japão) como ocidentais (e. g. EUA; Reyes et al., 2016; Yamawaki et al., 2009). Esses estudos mostram como os participantes justificam, por meio de atitudes xenófobas, racistas e conservadoras, comportamentos de intolerância e insatisfação com os grupos minoritários (Garai-gordobil & Aliri, 2013). Cada elemento justificador torna mais saliente o preconceito e discriminação contra minorias.

Além disso, as próprias vítimas podem se auto culpar ou culpar seu grupo pela sua desvantagem, com a necessidade de manter a justificativa do sistema justo, legítimo e correto (Jost & Banaji, 1994; Jost & Kay, 2010). Elas internalizam os estereótipos e avaliações negativas de si mesmos, diminuindo a sua probabilidade de se rebelar contra o statu quo imposto pela sociedade (Jost & Kay, 2010). Mesmo as vítimas de violência podem legitimar esse processo de aceitação do abuso psicológico por simplesmente aceitarem a condição imposta pela pandemia, que é a quarentena.

Considerando o exposto, é neste cenário da pandemia de COVID-19, o presente estudo visa analisar o papel das atitudes frente à convivência conjugal, no período da quarentena, como justificativa da relação entre as atitudes tradicionais e a aceitação do abuso psicológico em mulheres. Se deseja verificar se existe diferença na aceitação quanto ao tipo de abuso psicológico (direto e indireto). Especificamente, pretende-se demonstrar um dos legitimadores do abuso psicológico para as vítimas de violência nos relacionamentos amorosos. Assim, argumenta-se que as mulheres com atitudes ideológicas voltadas para o tradicionalismo irão apoiar esse tipo de abuso nas relações

conjugais e esse processo é explicado por meio do período da quarentena.

Método

Participantes

Participaram do estudo 260 mulheres com idades entre 18 e 51 anos ($M = 28.4$; $DP = 14.6$). A maioria autodeclaradas heterossexuais (92.9%) e que estão namorando atualmente (61.5%). Também se autodeclararam de classe média baixa (44.2%), um pouco religiosas (29.6%) e de orientação política de esquerda (69.9%). Incluímos apenas mulheres que estavam em relacionamentos afetivos e excluímos aquelas que tinham idade abaixo de 18 anos e as que se autodeclararam solteiras sem nenhum relacionamento afetivo ou que não estavam em cumprimento com o período de isolamento social ($n = 7$). As participantes foram todas por conveniência e não-probabilística, oriundas de diferentes Estados do Brasil, como: região Centro-Oeste, Sul, Sudeste e Nordeste. Foi calculado a partir da calculadora Monte Carlo o teste do efeito indireto ($N = 260$) para modelos de mediação simples. Essa calculadora permite uma simulação de análise do poder da amostra e o teste de efeito indireto com um intervalo de confiança (Schoemann et al., 2017). Para este estudo, o tamanho da amostra fornece 80% de poder para detectar um tamanho médio de efeito de .99 para modelos de mediação simples (Schoemann et al., 2017).

Instrumentos

Escala Right-Wing Authoritarianism

Desenvolvida por Altemeyer (1981), e reformulada por Duckitt et al. (2010) e validada para o Brasil (Vilanova et al., 2018). Essa medida possui diversos fatores como Autoritarismo, Contestação à autoridade, Tradicionalismo e Submissão à autoridade. O presente estudo focou no fator Tradicionalismo, pois essa subescala consegue se relacionar mais com a temática dos valores endossados para a convivência familiar, composto por 9 itens (e. g. não há nada de errado com sexo antes do casamento). Seu coeficiente interno demonstrou $\alpha = .93$ para o

presente estudo. Os participantes indicaram a sua concordância com cada afirmação em uma escala tipo Likert (1 = discordo totalmente; 5 = concordo totalmente). Esta escala permitiu verificar a adesão e apoio a valores morais tradicionais presentes nos participantes antes do período da quarentena.

Medida de convivência conjugal durante a quarentena

Desenvolvida e validada pelo presente estudo, está composta por 7 itens: (a) nos primeiros dias de quarentena, passar muitas horas com o meu parceiro(a) foi agradável; (b) gosto da quarentena, porque me permitiu conhecer mais o meu parceiro(a); (c) durante a quarentena, eu quis participar mais da vida do meu parceiro(a); (d) durante a quarentena, eu gostei de dividir as tarefas domésticas com meu parceiro(a); (e) durante a quarentena, eu e meu parceiro(a) nos unimos mais; (f) desejo que a quarentena acabe, para que eu consiga ter mais privacidade longe do meu parceiro(a); e (g) desejo que a quarentena acabe, para encontrar meu parceiro apenas nas horas vagas. Os itens a, b, c, d, e e foram invertidos para o sentido de mau convívio no período da quarentena. Esses itens foram analisados pelos software Factor.

Os resultados da análise fatorial demonstraram a existência de um fator com valor próprio 3.18, explicando 57.78% do traço latente. Usando o estimador WLSMV observamos uma estrutura unidimensional com bons índices de ajuste: $\chi^2(21) = 191.93$; CFI = .92; GFI = .96; AGFI = .94; RMSEA = 0.10; NNFI = 191.93; as cargas fatoriais variaram entre .49 (item 6), e .81 (item 5); o coeficiente interno foi $\alpha = .84$ e $W = .84$, isto é, estatisticamente satisfatório. Os participantes indicaram a sua concordância com cada afirmação em uma escala tipo Likert (1 = discordo totalmente; a 5 = concordo totalmente). Isso nos permitiu calcular um índice de quanto os participantes possuem atitudes desfavoráveis à convivência com o seu parceiro em tempo integral durante o período da quarentena.

Escala de Abuso Psicológico na Parceira (EAP-P)

Desenvolvida por [Porrúa- García et al. \(2016\)](#) e validada para o Brasil ([Paiva et al., 2020](#)). É composta por 19 itens distribuídos em dois fatores as Estratégias indiretas do abuso psicológico (EI; e. g. meu/minha parceiro/a tentou me manter afastado/a dos membros da minha família) e as Estratégias diretas do abuso psicológico (ED; e. g. meu/minha parceiro/a escondeu informações importantes de mim). No entanto, esta escala também pode ser avaliada como um fator geral ao qual agrega todos os itens. Seu coeficiente interno foi de $\alpha = .93$ para as ED, $\alpha = .91$ para a EI, e $\alpha = .94$ para o fator geral, no presente estudo. Os participantes indicaram a sua concordância com cada afirmação em uma escala tipo Likert (0 = nunca; 4 = sempre). Além disso, foi possível verificar a frequência com que as participantes são acometidas por esses abusos durante o período da quarentena.

Questionário sociodemográfico

Foram feitas perguntas sobre o sexo, estado civil, idade, religiosidade, orientação política, se estão namorando no momento da pesquisa, classe social, orientação sexual e se estavam morando em alguma região brasileira.

Procedimiento

Os dados foram recolhidos no mês de março do ano de 2020, período em que o Brasil decretou quarentena em todos os estados brasileiros, isto é, período em que estava havendo restrições para sair de casa, ir ao trabalho ou qualquer outra forma de estar em convívio social. A coleta foi realizada em ambiente virtual, disponibilizando-se um link em redes sociais e aplicativos de mensagens (e. g. Facebook, Instagram, WhatsApp e Telegram). Utilizamos a técnica de bola de neve, em que um respondente repassa aos seus contatos o link. Os que aceitavam participar precisavam indicar seu consentimento previamente, mediante o termo livre e esclarecido, o qual explicitava os objetivos que era identificar se o período da quarentena atua como uma justifi-

cativa para aceitar o abuso psicológico em mulheres que possuem atitudes mais tradicionais a todos eram esclarecidos os objetivos e caráter anônimo e voluntário da participação, ademais era assegurado o respeito aos preceitos éticos de pesquisas com seres humanos, sob a supervisão do Comitê de ética de uma instituição pública (Número do parecer: 4.098.062; CAAE: 09344918.5.0000.5188). Seguimos as recomendações da Resolução 510/16 e 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Análise dos dados

Utilizamos o software JAMOVI, versão 1.1 ([The jamovi project, 2019](#)), para uma descrição do perfil amostral, a correlação de Pearson bicaudal entre as variáveis apresentadas e, a realização da modelagem de processos condicionais para testar a mediação de acordo com [Hayes \(2013\)](#). Especificamente, testamos se as mulheres que pontuam mais alto nas atitudes frente ao tradicionalismo possuem efeito direto na aceitação do abuso psicológico e se essa relação é mediada pelas atitudes desfavoráveis ao convívio conjugal por tempo integral.

Resultados

Inicialmente, foram exploradas as correlações entre as variáveis do tradicionalismo, da convivência conjugal durante a quarentena e o fator geral de violência psicológica, esta última representada pelas respectivas subescalas: estratégias diretas e indiretas de abuso psicológico. Como pode ser observado na Tabela 1, todas as variáveis foram correlacionadas de forma significativa e positiva ($p < .001$).

Tabela 1. Correlações entre o tradicionalismo, quarentena e as formas de abuso psicológico

	Tradicionalismo	Quarentena
Abuso psicológico	.21***	.56***
E. Indireta	.20***	.46***
E. Direta	.19***	.55***

Nota. *** $p < .001$.

Para testar a hipótese de que as atitudes frente a convivência conjugal durante o período da quarentena mediaria a relação do Tradicionalismo e o Apoio ao abuso psicológico em mulheres realizamos uma mediação simples. Na **Figura 1**, é possível perceber que o Tradicionalismo continuou tendo um efeito direto, sendo marginalmente significativo no Apoio ao abuso psicológico. Observou-se uma mediação (Efeito indireto = .14; SE = .04; IC 95% .05; .22) do convívio conjugal por tempo integral na relação do tradicionalismo e abuso psicológico. Isto é, quanto mais as mulheres são favoráveis ao tradicionalismo nos relacionamentos e mais justificam o abuso psicológico durante a quarentena.

Como a EAP-P possui duas subescalas, testou-se como variável dependente as Estratégias indiretas e as Estratégias diretas do abuso psicológico, com o objetivo de identificar se a mediação ocorre para as duas formas de maneira equivalentes ou se ocorre em apenas um tipo. A hipótese testada foi de que as atitudes frente a quarentena seriam mediadoras para as duas formas de abuso psicológico. Na **Figura 2**, é possível observar que o Tradicionalismo não possui efeito direto nas Estratégias diretas do abuso psicológico. Mas, há um processo de mediação (efeito mediador = .15; SE = .04; IC 95% .06; .24). Isto é, a quarentena por tempo integral nas relações conjugais foi utilizada como justificativa para aceitar as Estratégias diretas dos abusos psicológicos do parceiro durante a quarentena.

Na **Figura 3**, o Tradicionalismo apresentou efeito direto nas Estratégias indiretas do abuso psicológico. Além disso, ocorreu o processo de mediação (efeito mediador = .11; SE = .03; IC 95% .04; .17). Isto é, as mulheres que endossaram mais o Tradicionalismo usaram uma justificativa, que no presente estudo é a quarentena por tempo integral, como também aceitaram as Estratégias indiretas do abuso psicológico durante o período de quarentena.

Figura 1. Mediação simples do abuso psicológico

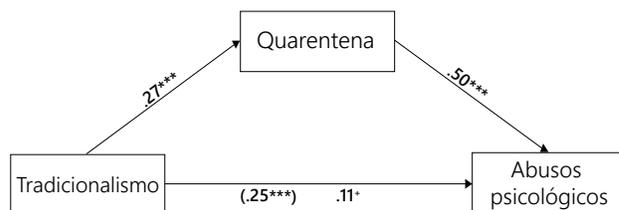


Figura 2. Mediação simples das estratégias diretas do abuso psicológico

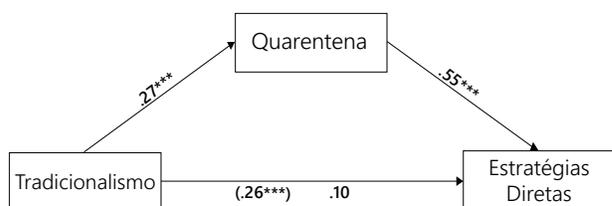
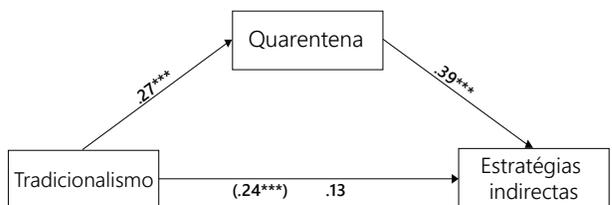


Figura 3. Mediação simples das estratégias indiretas do abuso psicológico



Discussão

O presente estudo visou analisar o papel das atitudes frente à convivência conjugal durante o período da quarentena como elemento justificador da relação das atitudes tradicionalistas sobre a aceitação de relacionamentos psicologicamente abusivos em mulheres. Desde o início, o período de quarentena afetou a rotina das pessoas. Nesse interim, o contexto pandêmico mudou a sociedade e escancarou diferentes problemas de saúde, além de problemas sociais, a exemplo da violência contra a mulher, que se demonstrou prevalente durante a pandemia (Gebrewahd et al., 2020).

Além disso, as disputas políticas no contexto da COVID-19 revelaram atitudes menos igualitárias pautadas, principalmente, nas ideologias tradicionalistas que se dividem nas posições extremistas de esquerda e direita. Este estudo reflete esta visão que se pauta na ideologia tradicionalista e que expõe as mulheres a contextos de desigualdades de direitos nos relacionamentos amorosos. O fenômeno abordado buscou responder se a relação do tradicionalismo possui efeitos diretos no abuso psicológico e se essa relação é mediada pela atitude frente ao período de quarentena nas relações conjugais à luz da TDJ (Pereira et al., 2019; Pereira & Vala, 2010). Os resultados do presente estudo demonstraram que as atitudes frente à convivência conjugal no período da quarentena é um processo subjacente que explica as atitudes tradicionalistas no apoio ao abuso psicológico em mulheres. Em outras palavras, o tradicionalismo possui um efeito direto sobre o apoio ao abuso psicológico e as atitudes frente a quarentena funcionaram como o papel mediador desta relação.

No que tange especificamente as atitudes tradicionalistas no apoio ao abuso psicológico em mulheres, sabe-se que dão ênfase ao autoritarismo, tendem a manter a hierarquia do grupo social e isto inclui as relações de gênero e que é uma característica de sociedades patriarcais mais convencionais (Canto et al., 2020). Ademais, reforça-se que no presente estudo foi considerado o autoritarismo, em sua vertente mais tradicionalista, que é caracterizado pelo etnocentrismo. Pessoas que endossam tal atributo apresentam um pensamento convencional, além de uma tendência a agressão autoritária, ou seja, agressão a um grupo específico que é percebido minoritário (Yamawaki et al., 2022). Desse modo, infere-se que mulheres com níveis mais elevados de tradicionalismo têm uma maior probabilidade de justificarem o abuso durante esse período pandêmico. Isso reforça a premissa de que argumentos normativos tendem a ser utilizados para legitimar ações discriminatórias que legitimam a desigualdade (Pereira & Souza, 2016).

Esses resultados estão em consonância com a literatura sobre a Teoria da Discriminação Justificada (Pereira et al., 2019; Pereira & Vala, 2010), no qual podemos observar que as justificativas da convivência conjugal durante a quarentena servem para esconder o que talvez venha ocorrendo há anos nos relacionamentos, mas que, apenas durante o período da pandemia, isso pode ser acentuado, de forma a ser notado. A TDJ afirma que as pessoas camuflam o preconceito ou a discriminação, a fim de não entrar em dissonância cognitiva com suas crenças de relacionamento ideal (Paiva & Pereira, 2021). Além disso, pessoas que endossam o pensamento convencional tendem a aceitar a violência advinda de pessoas de grupos majoritários ou vistas como figuras de autoridade (Canto et al., 2020). Nessa linha, sabe-se que àquelas que apresentam uma disposição para a dominância social tendem a recorrer a crenças ideológicas para legitimar o próprio comportamento discriminatório contra minorias sociais (Pereira & Vala, 2010). Ademais, compreende-se que a legitimação da discriminação está presente nas diferentes relações sociais, ocorrendo quando um determinado grupo-alvo é protegido pela norma antipreconceito (Pereira & Souza, 2016).

O atual estudo focou apenas no abuso psicológico, no entanto sabemos que as mulheres estão susceptíveis a sofrer várias formas de violência e que existem diferentes fatores que podem legitimar a violência contra a mulher (e. g. dependência emocional e financeira, pobreza, filhos, dentre outros; Cubbins & Vannoy, 2005; Day et al., 2003). Devido a isto, uma das batalhas da WHO (2020a) é evidenciar e expor todas as formas de abusos sofridos dentro dos lares, principalmente porque, no contexto da pandemia atual, tivemos um aumento dos índices de casos de violência contra as mulheres, além de termos, também, aumentado os índices de feminicídio em todos os estados brasileiros (Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP], 2020).

Os achados dessa pesquisa revelam que o tradicionalismo tem efeito direto nas estratégias indiretas do abuso psicológico (como tentar afastar a mulher

dos membros da minha família ou dar várias advertências para se comportar da forma como o parceiro quer (Paiva et al., 2020; Porrúa-García et al., 2016), mas não com as estratégias diretas do abuso psicológico, como tratar a mulher como se fosse um objeto ou diminuir as iniciativas e conseqüentemente diminuir a autoestima (Paiva et al., 2020; Porrúa-García et al., 2016). Uma explicação para isso deriva do contexto da pandemia, que favorece o distanciamento social e, com isso, os agressores não precisam justificar seus atos. Jones et al. (2005) denominou esse tipo de ação como supervisão do comportamento e isolamento.

Assim, também as mulheres que endossam esses valores normativos, principalmente o “mito do casamento perfeito” ou o casamento como ápice de uma realização afetiva, aceitam mais as estratégias indiretas do abuso psicológico. Quanto às estratégias diretas, as mulheres precisaram justificar por meio do período da quarentena que os abusos psicológicos são conseqüências de uma convivência integral. Dito de outra forma, elas precisaram de um elemento justificador (Pereira et al., 2019; Pereira & Vala, 2010) que diminua o peso do valor convencional da autoridade que, neste caso, é o marido, o namorado ou o companheiro, para legitimar que sofrem com os abusos que afetam a cognição, as emoções e o comportamento delas (Rodríguez-Carballeira et al., 2014).

Apesar do presente estudo ter cumprido com os objetivos e hipóteses propostas, este não está isento de limitações. Primeiramente, embora nossa amostra tenha sido constituída majoritariamente por mulheres de esquerda no fator tradicionalismo, não examinamos se existem diferenças, como sugere Vilanova et al. (2018), de que as posições políticas de pessoas de esquerda e direita são necessárias para se avaliar o quanto as pessoas podem não aceitar o autoritarismo, conservadorismo e tradicionalismo (Vilanova et al., 2018). Logo, para se examinar seria necessária uma equiparação da amostra em mulheres de esquerda e direita. De toda forma, são necessárias mais pesquisas para avaliar como isso ocorre.

A segunda limitação refere-se ao fato do estudo ser de cunho correlacional, e não de cunho experimental (Schoemann et al., 2017), o que pode dar margem para uma nova testagem estatística de um modelo alternativo mudando as ordens das variáveis para verificação de efeitos mediadores. Neste sentido, pesquisas poderão replicar nosso modelo e compará-los a outros alternativos. A terceira limitação é que focamos apenas no abuso psicológico, outros estudos poderão ser realizados para prever o tradicionalismo no apoio a outras formas de abuso sofrido dentro dos lares, como o físico, o sexual, o patrimonial e o moral. Além disso, nossa amostra foi composta em sua maioria por mulheres heterossexuais, carecendo de outros estudos com uma amostra mais diversificada, uma vez que as minorias sexuais também são alvos de violência (Gillum & DiFulvio, 2012). Nossa quarta limitação foi não ter questões sobre número de filhos, nível de escolaridade e região específica da qual a participante é proveniente. Desse modo, torna-se necessário um novo estudo especificando essas variáveis importantes para traçar o perfil da amostra brasileira.

Este estudo examinou a predição do tradicionalismo nos relacionamentos conjugais mediado pela quarentena. Esta pesquisa contribui para aprofundar os estudos do fenômeno da violência contra a mulher, propondo que o período de quarentena seja utilizado como justificativa para o apoio ao abuso psicológico. O período da quarentena é um dos justificadores que mascaram o sofrimento que essas vítimas vêm tendo durante toda a vida.

Ressaltamos que o período da quarentena é necessário para evitar a difusão da COVID-19. Porém, nem todas as mulheres possuem um bom suporte familiar para permanecerem dentro de casa por muito tempo e quanto maior o poder patriarcal, maior será a perpetuação e aceitação da violência contra a mulher (Ali & Naylor, 2013). Sugerimos que estudos futuros possam abordar outros tipos de violência que estão presentes nesse período, bem como analisar os recursos financeiros, afetivos e familiares que essas mulheres têm.

Além disso, é necessário também avaliar os recursos tecnológicos que as mulheres têm para poder efetuar as denúncias. Esperamos que este artigo possa ser usado por pesquisadores, profissionais e formuladores de políticas públicas, de modo a elucidar as questões que contribuem para explicar o fenômeno da violência contra mulheres, alertando sobre um tradicionalismo enraizado pela nossa cultura que pode levar a uma tendência para a aceitação da violência contra a mulher. Além disso, temos a finalidade de ajudar a informar e promover ações que colaborem para diminuir o abuso psicológico durante e após o cenário pandêmico.

Referencias

- Adorno, T., Frenkel-Brunswick, E., Levinson, D., & Sanford, N. (1950). *The authoritarian personality*. Harper.
- Ali, A. P., & Naylor, B. P. (2013). Intimate partner violence: A narrative review of the feminist, social and ecological explanations for its causation. *Aggression and Violent Behavior, 18*(6), 611-619. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2013.07.009>
- Altemeyer, B. (1981). *Right-Wing Authoritarianism*. University of Manitoba Press
- Altemeyer, B. (1996). *The Authoritarian Specter*. Harvard University Press.
- Campbell, A. M. (2020). An increasing risk of family violence during the Covid-19 pandemic: Strengthening community collaborations to save lives. *Forensic Science International: Reports, 2*, 100089. <https://doi.org/10.1016/j.fsir.2020.100089>
- Canto, J. M., Vallejo-Martín, M., Perles, F., & San Martín, J. (2020). The influence of ideological variables in the denial of violence against women: The role of sexism and social dominance orientation in the Spanish context. *International Journal of Environmental Research and Public Health, 17*(14), 4934. <https://doi.org/10.3390/ijerph17144934>
- Correia, I. F. (2003). *Concertos e Desconcertos na Procura de um Mundo Concerto: Crença no Mundo Justo, Inocência da Vitória e Vitimização Secundária*. FCG / FCT
- Cubbins, L. A., & Vannoy, D. (2005). Socioeconomic resources, gender traditionalism, and wife abuse in urban Russian couples. *Journal of Marriage and Family, 67*(1), 37-52. <https://doi.org/10.1111/j.0022-2445.2005.00004.x>
- Day, V. P., Telles, L. E. B., Zoratto, P. H., Azambuja, M. R. F., Machado, D. A., Silveira, M. B. et al. (2003). Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul, 25*(1), 9-21. <https://doi.org/10.1590/S0101-81082003000400003>
- Duckitt, J., Bizumic, B., Krauss, S. W., & Heled, E. (2010). A tripartite approach to right-wing authoritarianism: The authoritarianism-conservatism-traditionalism model. *Political Psychology, 31*(5), 685-715. <https://psycnet.apa.org/record/2010-19334-002>
- Eaton, A. A., & Rose, S. (2011). Has dating become more egalitarian? A 35 year review using Sex roles. *Sex Roles: A Journal of Research, 64*(11-12), 843-862. <https://doi.org/10.1007/s11199-011-9957-9>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2020, março). *Violência doméstica durante pandemia de Covid-19*. http://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/violencia-domestica-durante-pandemia-de-covid-19/
- Garaigordobil, M., & Aliri, J. (2013). Relaciones del sexismo con justificación de la violencia, y con otras formas de prejuicio como la dominancia social y el autoritarismo. *Estudios de Psicología, 34*(2), 127-139. <https://doi.org/10.1174/021093913806751384>
- Gebrewahd, G. T., Gebremeskel, G. G., & Tadesse, D. B. (2020). Intimate partner violence against reproductive age women during COVID-19

- pandemic in northern Ethiopia 2020: A community-based cross-sectional study. *Reproductive Health*, 17, 152. <https://doi.org/10.1186/s12978-020-01002-w>
- Gillum, T. L., & DiFulvio, G. (2012). "There's so much at stake": Sexual minority youth discuss dating violence. *Violence Against Women*, 18(7), 725-745. <https://doi.org/10.1177/1077801212455164>
- Hayes, A. F. (2013). *Introduction to Mediation, Moderation, and Conditional Process Analysis: a regression-based approach*. The Guilford Press.
- Jones, S., Davidson, W. S., Bogat, G. A., Levendosky, A. A., & Von Eye, A. (2005). Validation of the subtle and overt psychological abuse scale: An examination of construct validity. *Violence & Victims*, 20(4), 407-416. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.20.4.407>
- Jost, J. T., & Banaji, M. (1994). The role of stereotyping in system justification and the production of false consciousness. *British Journal of Social Psychology*, 22, 1-27. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8309.1994.tb01008.x>
- Jost, J. T., & Kay, A. C. (2010). Social justice: History, theory, and research. In S. T. Fiske, D. T. Gilbert, & G. Lindzey (Eds.), *Handbook of social psychology* (pp. 1122-1165). Wiley.
- Lei n° 11.340: Lei Maria da Penha. Diário Oficial da União, 07 de agosto de 2006 (Brasil). <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2006/lei-11340-7-agosto-2006-545133-norma-pl.html>
- Lima-Nunes, A., Pereira, C. R., & Correia, I. (2013). Restricting the scope of justice to justify discrimination: The role played by justice perceptions in discrimination against immigrants. *European Journal of Social Psychology*, 43(7), 627-636. <https://doi.org/10.1002/ejsp.1981>
- Loring, M. T. (1994). *Emotional Abuse*. Lexington Books.
- Organização das Nações Unidas Women. (2020, 22 de maio). *Geração Igualdade*. <http://www.onumulheres.org.br/geracao-igualdade/>
- Paiva, T. T., Cavalcanti, J. G., & Lima, K. S. (2020). Propriedades psicométricas de uma medida de abuso psicológico na Parceira. *Revista Colombiana de Psicología*, 29(1), 45-59. https://www.researchgate.net/publication/340212132_Propriedades_Psicometricas_de_uma_Medida_de_Abuso_Psicologico_na_Parceira
- Paiva, T. T., & Pereira, C. R. (2021). O papel da justiça na relação do sexismo e na violência contra mulher. *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 55(3), e1591. <https://doi.org/10.30849/ripijp.v55i3.1591>
- Pereira, C. R., & Vala, J. (2010). Do preconceito à discriminação justificada. *In-Mind_ Português*, 1(2-3), 1-13. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/8934>
- Pereira, C. R., Mateus, K. S., & Santos, M. F. (2019). Do preconceito à discriminação: o papel da legitimação das desigualdades sociais. In S. C. Maciel & P. N. Fônsaca (Eds.), *Psicologia Social: vertentes e perspectivas* (pp. 79-101). Editora UFPB.
- Pereira, C. R., & Souza, L. E. C. (2016). Fatores legitimadores da discriminação: uma revisão teórica. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(2), e322222. <https://doi.org/10.1590/0102-3772e322222>
- Peterman, A., Potts, A., O'donnell, M., Thompson, K., Shah, N., Oertelt-Prigione, S., & Van Gelder, N. (2020). Pandemics and violence against women and children. In *CGD Working Paper 528*. Center for Global Development. <https://www.cgdev.org/publication/pandemics-and-violence-against-women-and-children>
- Porrúa-García, C., Rodríguez-Carballeira, A., Escartin, J., Gomez-Benito, J., Almendros, C., & Martín-Pena, J. (2016). Development

- and validation of the scale of psychological abuse in intimate partner violence (Eapa-p). *Psicothema*, 28(2), 214-221. <https://doi.org/10.7334/psicothema2015.197>
- Pratto, F., Sidanius, J., & Levin, S. (2006). Social Dominance Theory and the dynamics of intergroup relations: Taking stock and looking forward. *European Review of Social Psychology*, 17(1), 271-320. <http://dx.doi.org/10.1080/10463280601055772>
- Reyes, H. L., Foshee, V. A., Niolon, P. H., Reidy, D. E., & Hall, J. E. (2016). Gender Role Attitudes and Male Adolescent Dating Violence Perpetration: Normative Beliefs as Moderators. *Journal of youth and adolescence*, 45(2), 350-360. <https://doi.org/10.1007/s10964-015-0278-0>
- Rollero, C., Bergagna, E., & Tartaglia, S. (2019). What is violence? The role of sexism and social dominance orientation in recognizing violence against women. *Journal of Interpersonal Violence*, 36(21-22), NP11349-NP11366. <https://doi.org/10.1177/0886260519888525>
- Rodríguez-Carballeira, A., Porrúa-García, C., Escartín, J., Martín-Pena, J., & Almendros, C. (2014). Taxonomy and hierarchy of psychological abuse strategies in intimate partner relationships. *Anales de Psicología*, 30(3), 916-926. <https://doi.org/10.6018/analesps.30.3.154001>
- Salari, S. M., & Baldwin, B. M. (2002). Verbal, physical, and injurious aggression among intimate couples over time. *Journal of Family Issues*, 23(4), 523-550. <https://doi.org/10.1177/0192513X02023004004>
- Schoemann, A. M., Boulton, A. J., & Short, S. D. (2017). Determining power and sample size for simple and complex mediation models. *Social Psychological and Personality Science*, 8(4), 379-386. <https://doi.org/10.1177/1948550617715068>
- Sidanius, J., & Pratto, F. (1999). *Social Dominance Theory: An Intergroup Theory of Social Hierarchy and Oppression*. Cambridge University Press.
- Sousa, I. N., Santos, F. C., & Antonietti, C. C. (2021). Triggers of violence against women in the pandemic COVID-19: integrative review. *REVISA*, 10(1), 51-60. <https://doi.org/10.36239/revisa.v10.n1.p51a60>
- Tavares, S. M., Pimentel, C. E., Paiva, T. T., & Pereira, C. R. (2022). Development and validation of the secondary victimization scale. *Psychological Reports*. <https://doi.org/10.1177/00332941221092652>
- The jamovi project. (2019). *jamovi* (Version 1.1) [Computer Software]. jamovi. <https://www.jamovi.org>
- United Nations Human Rights. (2020, October 20). *Call for submissions: COVID-19 and the increase of domestic violence against women*. <https://www.ohchr.org/en/calls-for-input/call-submissions-covid-19-and-increase-domestic-violence-against-women>
- United Nations Women. (2020, May 22). *Announcement: Generation Equality Forum postponed*. UNWomen.org. <https://www.unwomen.org/en/news/stories/2020/4/announcer-generation-equality-forum-postponed>
- United Nations Office on Drugs and Crimes. (2018). *Global study on homicide: Gender-related killing of women and girls*. UNODC Research. <https://www.api-gbv.org/resources/global-study-homicide-gender-related-killing-women-girls-2018/>
- Viero, A., Barbara, G., Montisci, M., Kustermann, K., Cattaneo, C. (2020). Violence against women in the Covid-19 pandemic: a review of the literature and a call for shared strategies to tackle health and social emergencies. *Forensic Science International*, 319, 110650. <https://doi.org/10.1016/j.forsciint.2020.110650>

- Vilanova, F., DeSousa, D. A., Koller, S. H., & Costa, A. B. (2018). Adaptação transcultural e estrutura fatorial da versão brasileira da Escala Right-Wing Authoritarianism. *Temas em Psicologia*, 26(3), 1299-1316. <https://doi.org/10.9788/TP2018.3-07Pt>
- World Health Organization. (2012). *Understanding and Addressing Violence Against Women: Intimate Partner Violence*. World Health Organization/Pan American Health Organization. <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/77432/?sequence=1>
- World Health Organization. (2020a). *COVID-19 and violence against women What the health sector/system can do*. <https://apps.who.int/iris/handle/10665/331699>
- World Health Organization. (2020b). *Coronavirus disease (COVID -19): situation dashboard*. <https://covid19.who.int/>
- Yamawaki, N., Green, J., Wang, A. N.-Y., Nohagi, Y., Macias, Z., Martinez, J., & Umphress, R. (2022). The effects of right-wing authoritarianism and aggression on individuals' intention to harm Asian Americans during the COVID-19 pandemic. *Psychology (Irvine, Calif.)*, 13(09), 1425-1442. <https://doi.org/10.4236/psych.2022.139091>